



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO
PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 19.09.2021

DIREITO ADMINISTRATIVO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (20 pontos)

O Governador do Estado consulta a PGE sobre: (a) a possibilidade de conferir o exercício do poder de polícia a entidade da Administração Pública indireta, atribuindo-lhe poderes para licenciar, fiscalizar e aplicar sanções; (b) a aplicabilidade do art. 3º, incisos I e IX, da Lei federal nº 13.874/2019 à Administração Pública estadual.

Na qualidade de Procurador do Estado, oriente o gestor público sobre as possibilidades, limites e requisitos a serem observados em relação à consulta formulada.

2ª Questão (20 pontos)

Empresa estatal pretende firmar parceria estratégica com vistas a celebrar contrato de encomenda tecnológica com sociedade empresária para desenvolver vacina voltada ao combate da Covid-19. Entretanto, o órgão interno de controle da empresa estatal elaborou parecer prévio apontando alguns aspectos que deveriam ser considerados pelo gestor, a saber: (a) a cláusula de alocação de riscos atribui a maior parte do risco tecnológico ao ente público, alertando sobre violação ao princípio da economicidade e ao próprio interesse público; (b) o contrato de encomenda tecnológica não tem previsão legal; (c) existe contrato em vigor com entidade pública de pesquisa para o desenvolvimento da vacina, não sendo lícito promover nova contratação com o mesmo objeto; (d) o contrato admite a prorrogação mesmo na hipótese de não ter sido alcançado o resultado desejado, o que violaria o princípio da eficiência. O gestor, na sequência, indaga à PGE se deve acatar os apontamentos do órgão de controle interno.

3ª Questão (20 pontos)

O Estado, por intermédio da PGE, inicia tratativas com sociedade empresarial de construção civil com vistas à celebração de acordo de leniência. As condutas ilícitas admitidas pela



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 19.09.2021

DIREITO ADMINISTRATIVO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

empresa consistiram em ter, no ano de 2017, atuado em conluio com concorrentes e pago propinas a agentes públicos estaduais para fraudar processo licitatório e ter a si adjudicado o contrato de construção de infraestrutura de grande monta. A empresa nega a existência de irregularidades na execução do contrato.

Antes da assinatura do acordo, o Tribunal de Contas do Estado conclui julgamento de processo de controle no qual apurou e imputou à referida empresa débito da ordem de R\$ 1 bilhão de reais, decorrente de superfaturamento de itens utilizados na execução do referido contrato. A empresa, então, ajuíza ação anulatória da decisão da Corte de Contas. Recebida a citação pela PGE, o Procurador-Geral direciona consulta nos seguintes termos:

- Considerando a natureza das condutas confessadas pela empresa, quais são as obrigações de pagamento que podem ser a ela imputadas no acordo a ser firmado?
- Diante da decisão do Tribunal de Contas e da negativa da empresa em acatá-la, é possível prosseguir-se com a negociação e celebração do acordo de leniência nas bases originalmente previstas?
- Em qualquer caso, pode a PGE atuar na defesa judicial da decisão do Tribunal de Contas?

Na qualidade de Procurador do Estado, opine fundamentadamente.

4ª Questão (20 pontos)

Estado da federação candidata-se para sediar o campeonato mundial de futebol feminino, sagrando-se, ao final, vencedor.

Para tanto, foi aprovada lei ordinária pelo Poder Legislativo estadual que, entre outros aspectos regulatórios, dispôs que o Estado assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a federação mundial de futebol feminino que organizará o torneio, seus representantes legais, apoiadores, empregados ou consultores por todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer evento danoso relacionado ao torneio, e que a prescrição, na hipótese, seria de 6 (seis) anos contados da ciência do evento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 19.09.2021

DIREITO ADMINISTRATIVO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

A empresa de bebidas ABC, patrocinadora master do evento, com fundamento no artigo 37, § 6º da CRFB/88, ajuíza ação indenizatória em face do Estado cinco anos e três meses após o fim do campeonato mundial, reclamando perdas e danos em razão de prejuízos decorrentes de “marketing de emboscada” realizado por empresa concorrente, afirmando que perdeu a chance de obtenção de maior lucratividade. Na qualidade de Procurador do Estado, analise a viabilidade jurídica da ação e explore as defesas do Estado.

5ª Questão (20 pontos)

No início da década de 1980, o Estado desapropriou imóvel para a construção de equipamento esportivo. Depois de pronto, esse equipamento foi transferido à gestão de autarquia estadual destinada ao fomento da prática desportiva. Ali passaram a ser regularmente realizadas competições esportivas. Em 1987, após crise financeira que comprometeu manutenção do equipamento, a Administração Estadual, sem licitação, permitiu o uso do imóvel a particular, com a contrapartida da execução das obras de reforma e manutenção do bem, pelo prazo de quinze anos. Encerrado o prazo, a empresa teve a sua permanência no bem prorrogada por mais dez anos. Nessa ocasião, a empresa beneficiária firmou contratos com restaurantes, empresa de estacionamento e uma casa de shows para a exploração, mediante o pagamento de aluguel, de espaços no referido equipamento. Finalmente, em 2018, um novo Governador questiona a Procuradoria acerca da juridicidade dos atos praticados. Pede ainda que, sendo o caso, aponte os atos e eventuais medidas necessárias para que o bem possa retornar à gestão da autarquia estadual. Pede-se, inclusive, que seja enfrentada a questão dos terceiros ocupantes do imóvel e dos investimentos e obras que, eventualmente, efetuaram, bem como as chances de êxito de sua eventual resistência. Como Procurador do Estado, opine fundamentadamente.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO
PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 26.09.2021

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (25 pontos)

Na qualidade de Procurador do Estado, defenda, à luz das garantias constitucionais do processo, a limitação legal ao deferimento de medida liminar para a concessão de aumento ou extensão de vantagem ou pagamento de qualquer natureza a servidores públicos.

2ª Questão (25 pontos)

Em arbitragem na qual as partes pactuaram a exclusão da possibilidade de julgamento por equidade, o Tribunal Arbitral profere sentença arbitral sem a observância de precedentes previstos no artigo 927 do Código de Processo Civil.

Indique o(s) meio(s) adequado(s) para a impugnação da decisão e o(s) respectivo(s) fundamento(s).

3ª Questão (25 pontos)

O Ministério Público ajuizou Ação Civil Pública para a retirada de todos os oratórios religiosos localizados em praças públicas no Município do Rio de Janeiro, sob o fundamento da laicidade do Estado.

Ao analisar a petição inicial, o juiz julgou o pedido liminarmente improcedente por entender que a pretensão não encontrava fundamento jurídico mínimo na laicidade do Estado.

Comente a decisão sob o prisma processual.

4ª Questão (25 pontos)

Em sede de Mandado de Segurança, o juiz profere decisão liminar desfavorável à concessionária de serviço público estadual. A concessionária interpõe Agravo de Instrumento, que tem o seu efeito suspensivo indeferido pelo relator.

Intimada dessa decisão, a concessionária apresenta suspensão de liminar, que vem a ser deferida pelo Presidente do Tribunal competente.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 26.09.2021

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

A ação seguiu seu curso e, em grau de Recurso Especial, o Superior Tribunal de Justiça concedeu a segurança.

Antes de findo o prazo para interposição de Recurso Extraordinário pela concessionária, a parte autora deu início ao cumprimento da decisão de mérito.

Nesse cenário, examine os aspectos processuais relacionados:

- a) ao cabimento, à competência e à legitimidade ativa na suspensão de liminar;
- b) à possibilidade de cumprimento imediato da decisão do Superior Tribunal de Justiça.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO
PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 02.10.2021

DIREITO CONSTITUCIONAL

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (25 pontos)

O Secretário de Saúde do Estado recebeu uma deliberação do Conselho Estadual de Saúde sobre a necessidade de modificação substancial de uma política de enfrentamento a doença infectocontagiosa em comunidades carentes, que havia sido editada com base em manifestação técnico-científica de órgão interno. Diante disso, o Secretário consulta a sua assessoria jurídica para manifestação sobre: (i) a necessidade de observância à deliberação do Conselho de Saúde; e (ii) a possibilidade de extinção do Conselho de Saúde por lei estadual. Como Procurador do Estado e assessor jurídico da Secretaria de Saúde, responda à consulta, manifestando-se especificamente sobre os fundamentos constitucionais para a sua resposta.

2ª Questão (25 pontos)

Suponha que o Supremo Tribunal Federal, apreciando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, tenha invalidado lei que regulava o reconhecimento e titulação de terras ocupadas por comunidades tradicionais ribeirinhas e caiçaras. A lei determinava a desapropriação das referidas áreas, quando registradas em nome de particulares e não usucapidas, com sua subsequente titulação coletiva em nome das referidas comunidades. A decisão do STF afirmou a impossibilidade de imposição legislativa de desapropriação.

Anos depois, diante de grande pressão de movimentos sociais reivindicatórios, o legislador cogita editar norma com conteúdo idêntico ao que fora invalidado. Opine sobre a constitucionalidade da medida.

3ª Questão (25 pontos)

Uma empresa pretende obter autorização para prestação de serviço público de titularidade da União. Para prestar tal serviço, ela necessita adquirir um terreno, cujo proprietário, vislumbrando a sua valorização, exige preço exorbitante. A empresa procura o Estado, demonstrando o enorme investimento que pretende realizar. A empresa afirma que o Estado, no exercício de sua política industrial, pode desapropriar o terreno para repassar a ela, que se comprometeria a arcar com todos os custos de aquisição do imóvel. Analise a constitucionalidade da medida.

4ª Questão (25 pontos)

Analise a aplicabilidade da garantia de irretroatividade em relação a (i) dispositivo constitucional originário; (ii) emenda constitucional; e (iii) legislação infraconstitucional.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 03.10.2021

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (30 pontos)

O aumento da inflação, no contexto da pandemia de Covid-19, autoriza a revisão judicial de um contrato civil ou empresarial, de trato sucessivo, do qual não consta cláusula expressa de reajuste com base em índice inflacionário?

2ª Questão (25 pontos)

Sociedade empresária que presta serviços de transmissão de sinal de comunicação via satélite intitula os contratos que celebra com seus clientes como “*contratos de locação de dispositivo em satélite*”. Sabendo que a sociedade empresária realiza a operação e manutenção dos satélites, não tendo os clientes qualquer ingerência sobre o equipamento, discorra fundamentadamente sobre a qualificação contratual.

3ª Questão (25 pontos)

A sociedade BLUE GÁS S.A. requereu recuperação judicial, alegando forte impacto da crise sanitária. O processamento da recuperação foi deferido pelo Juízo e o plano de recuperação apresentado previu, como uma das medidas de recuperação, a sua incorporação pela controladora GREEN GÁS S.A. Opine sobre a viabilidade jurídica e os requisitos legais para a concretização da operação societária proposta.

4ª Questão (20 pontos)

Escola estadual situada em terreno próximo ao mar é beneficiada por passagem aberta há vinte anos por terreno vizinho, que permite fácil acesso à praia. O proprietário do mencionado terreno, ao iniciar empreendimento hoteleiro no local, fecha definitivamente a referida passagem, considerando que a escola tem acesso à via pública. A Secretaria de Educação indaga à Procuradoria Geral do Estado se é viável juridicamente preservar o acesso à praia. Responda fundamentadamente à consulta.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 16.10.2021

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (20 pontos)

O Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), instituído primeiramente pela Lei n. 13.254, de 13 de janeiro de 2016, permitiu que residentes ou domiciliados no País, com recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados de maneira incorreta, pudessem regularizar sua situação perante o Fisco Federal.

Através da Declaração de Regularização Cambial e Tributária (DERCAT), o contribuinte aderente prestava informações ao Fisco Federal, unilateralmente e por meio eletrônico, sobre bens e direitos de que fosse titular até 31 de dezembro de 2014.

Considerando que o prazo final para a entrega da DERCAT era 31 de outubro de 2016, determinado contribuinte, com residência e domicílio fiscal no Estado do Rio de Janeiro, decidiu aderir ao programa, regularizando um depósito bancário em conta no exterior, de valor vultoso, recebido por doação em 2011.

Neste contexto, analise as seguintes questões:

- a) a natureza e o prazo de que dispõe o Fisco Federal para contestar a declaração do referido contribuinte em razão de alguma irregularidade e efetuar o lançamento;
- b) se há incidência de tributo estadual, bem como a natureza e o prazo para o Fisco Estadual exigir a sua cobrança.

2ª Questão (20 pontos)

Diferencie gastos diretos de gastos indiretos tributários, exemplificando. Considerando um ente subnacional submetido ao Regime de Recuperação Fiscal e em conjuntura pandêmica, existem limites constitucionais e infraconstitucionais à efetivação das referidas modalidades de gastos?

3ª Questão (20 pontos)

Analise a inclusão do ISS na composição das respectivas bases de cálculo do PIS/COFINS e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 16.10.2021

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

4ª Questão (20 pontos)

O contribuinte X, estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, e que atua no ramo atacadista de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária para frente, foi autuado pela Fazenda Estadual por ter recolhido a menor o ICMS próprio devido em razão de operações de venda de mercadorias para varejistas, bem como por ter retido e recolhido a menor, na condição de contribuinte substituto tributário, o ICMS relativo à substituição tributária (ICMS-ST). De acordo com a legislação em vigor, a base de cálculo aplicável na substituição tributária é o preço praticado na operação própria do contribuinte X acrescido da margem de valor agregado e do montante dos valores de seguro, frete, e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes.

De acordo com o Auto de Infração, tanto em relação ao ICMS próprio, quanto em relação ao ICMS-ST, o contribuinte adotou base de cálculo menor que a devida, uma vez que excluiu os descontos concedidos sobre o preço de venda das mercadorias aos varejistas, os quais consistiram em (i) desconto de 15% incidente para os varejistas estabelecidos no bairro “Z”, independentemente da forma de pagamento (cartão de crédito, cheque, moeda corrente, etc.); e (ii) desconto de 10% para varejistas estabelecidos em quaisquer bairros, nas hipóteses de pagamento no ato de aquisição e exclusivamente em moeda corrente.

Inconformado, o contribuinte X apresentou impugnação administrativa ao lançamento tributário exclusivamente quanto ao mérito da autuação, arguindo a correção do recolhimento por ele efetuado tanto do ICMS próprio quanto do ICMS-ST, sob o fundamento de que os descontos concedidos não devem ser incluídos na base de cálculo do ICMS, sob pena a violação ao princípio da capacidade contributiva, ressaltando, inclusive, no caso do ICMS-ST, a possibilidade de que o valor das operações ao consumidor final terem se dado em montante menor que o presumido.

Em 1ª instância administrativa, a Junta de Revisão Fiscal entendeu pelo descabimento das alegações do contribuinte e julgou procedente na íntegra o Auto de Infração. Irresignado, o contribuinte X interpôs Recurso Voluntário para o Conselho de Contribuintes, reiterando os argumentos de sua defesa.

O processo administrativo foi encaminhado, então, para parecer da Representação da Fazenda junto ao Conselho de Contribuintes, cujos membros são escolhidos dentre os Procuradores do Estado. Na qualidade de Representante da Fazenda, opine sobre o caso.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 16.10.2021

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

5ª Questão (20 pontos)

Determinada concessionária de energia elétrica propôs ação judicial pleiteando o reconhecimento do direito de excluir integralmente a demanda contratada da base de cálculo do ICMS. Além disso, requereu, em razão da pandemia de COVID-19 e do consequente aumento do inadimplemento, o reconhecimento do direito de compensar o valor referente ao ICMS recolhido em períodos anteriores, decorrente de contas que não foram efetivamente adimplidas pelo consumidor final.

Como Procurador do Estado, apresente argumentos de defesa de mérito da Fazenda Pública.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 17.10.2021

RELAÇÕES DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA PGE

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (25 pontos)

Determinado empregado de sociedade de economia mista estadual ajuíza reclamação trabalhista postulando incorporação de gratificação de função, pelo fato de ter exercido função gratificada entre os anos de 2005 a 2018, de forma ininterrupta, tendo sido exonerado em 2021, por conta de reestruturação empresarial que extinguiu a função em tela.

Após a citação da empregadora, os autos são encaminhados à Procuradoria Geral do Estado. No exercício da função de Procurador do Estado, apresente justificadamente os argumentos de defesa de mérito da referida sociedade de economia mista.

2ª Questão (25 pontos)

Sindicato representativo de determinada categoria de servidores estatutários ajuíza, na Justiça do Trabalho, ação de cobrança em face do Estado do Rio de Janeiro, pleiteando o recebimento dos valores devidos por todos os integrantes da categoria, a título de contribuições sindical e confederativa, ambas autorizadas em Assembleia Sindical convocada com este propósito específico.

Na condição de Procurador do Estado, o candidato deverá, justificadamente:

- a) apresentar os argumentos de defesa em sede de contestação;
- b) identificar se há alguma pretensão total ou parcial que não comporte resistência do Estado, indicando, em caso positivo, qual o procedimento a ser adotado em tal circunstância.

3ª Questão (25 pontos)

Buscando reduzir o déficit atuarial do seu regime próprio de previdência social, um Estado da federação aprovou lei complementar contendo normas com o seguinte teor: (a) vedação à conversão, em tempo comum, de tempo de exercício de atividade com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde; (b) alíquota da contribuição previdenciária de 14%, sem repercussão do aumento do tributo no montante dos benefícios; (c) possibilidade de incidência de contribuição previdenciária sobre o valor das aposentadorias e pensões que exceda o salário mínimo; e (d) afastamento da aplicação das regras de transição previstas nos arts. 2º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional n. 41/2003 e no art. 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005. Paralelamente, o ente federado aprovou também emenda à Constituição do Estado instituindo regras de transição com requisitos mais rigorosos para a aposentadoria do que aqueles estabelecidos nas Emendas Constitucionais n. 41/2003 e 47/2005.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 17.10.2021

RELAÇÕES DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA PGE

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

Diante disso, entidade legitimada ingressa com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal questionando os dispositivos da lei complementar e da emenda à Constituição estadual referidos acima. Como Procurador do Estado, desenvolva os argumentos para subsidiar as informações do Governador do Estado a serem prestadas na ação.

4ª Questão (25 pontos)

PAULO, servidor da área de saúde lotado em hospital estadual, verifica que está recebendo remuneração inferior à que vem sendo paga a MARIA, uma conhecida da época da faculdade que ocupa o mesmo cargo em outro hospital do Estado. MARIA, que ingressou no cargo estadual cinco anos antes de PAULO, percebe adicional de tempo de serviço superior àquele pago a PAULO e, ainda, gratificação especial paga a todos os servidores em atividade naquele hospital, tendo em vista o excesso de trabalho decorrente do grande fluxo de pessoas na localidade em que situado.

PAULO requereu administrativamente equiparação à remuneração de MARIA, sob o fundamento de isonomia, alegando que ocupa cargo público com as mesmas atribuições legais. O pedido foi deferido há 4 (quatro) anos e, desde então, PAULO vem recebendo remuneração idêntica à de MARIA.

Passado esse período, após tomar conhecimento da situação, JOSÉ, servidor que exerce o mesmo cargo e foi aprovado no mesmo concurso de PAULO, formulou requerimento administrativo, pleiteando a equiparação remuneratória com PAULO. Na oportunidade, JOSÉ comprovou que ele, PAULO e MARIA nunca haviam exercido outro cargo público e que suas atribuições eram idênticas.

Na condição de Procurador do Estado, Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Saúde, emita parecer sobre as seguintes questões:

- a) a juridicidade da decisão administrativa prolatada em favor de PAULO, tendo em vista a natureza jurídica das verbas envolvidas;
- b) a possibilidade de extensão administrativa da diferença remuneratória em favor de JOSÉ e de todos os demais servidores que se enquadrem na mesma situação; e
- c) caso se conclua pela ilegalidade da equiparação remuneratória concedida a PAULO, a possibilidade jurídica de anulação do ato administrativo e os efeitos decorrentes da invalidação.